



Biograph



EXPERIÊNCIA DE UMA PROFESSORA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA SALA MULTIFUNCIONAL

Vânia Cecília da Luz Cezarino–EMEB
vclcezarino@gmail.com
Amanda Yasmim Cezarino- UFMT
aycezarino@gmail.com

As escolas ditas regulares estão passando por processos de mudanças, sendo muitas delas, causadas pelo acolhimento de alunos com as mais diversas deficiências. Nesse sentido, entendemos que a inclusão proporciona uma nova ação formadora de toda a comunidade escolar, sendo o Atendimento Educacional Especializado um importante suplemento para a formação tanto dos alunos, como dos demais atores presentes no contexto escolar.

O reconhecimento pela garantia de uma educação de qualidade para todos, sem distinção, está presente em diversos textos oficiais. Para tanto, julgamos necessário analisar como a inclusão foi ganhando espaço ao longo da história a partir de políticas e movimentos sociais.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208) (BRASIL, 2008). Apesar de estar presente na CF/88 como um dever do Estado, sabemos que é recente a presença desses alunos nas redes regulares de ensino.

VII Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica
UFMT – Cuiabá – 17 a 20/07/2016
Anais VII CIPA – ISSN 2178-0676

O desenvolvimento de estudos no campo da educação e a defesa dos direitos humanos vêm modificando os conceitos, as legislações e as práticas pedagógicas e de gestão, promovendo a reestruturação do ensino regular e especial. Em 1994, a Declaração de Salamanca estabelece como princípio que as escolas do ensino regular devem educar todos os alunos, enfrentando a situação de exclusão escolar das crianças com deficiência, das que vivem nas ruas ou as que trabalham, das superdotadas, em desvantagem social e das que apresentam diferenças linguísticas, étnicas ou culturais. É considerada mundialmente um dos documentos mais importantes para a educação inclusiva.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, que rege a educação nacional, em seu artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37).

Acreditamos que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, foi um importante instrumento de mobilização para programas de inclusão em todo território nacional. Essa convenção estabeleceu que os Estados devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena (BRASIL, 2008).

Diante das políticas e movimentos a favor da educação inclusiva citados anteriormente, é recente o Atendimento Educacional Especializado por meio da criação de salas de recursos multifuncionais no município de Cuiabá. Somente no ano de 2007 a rede municipal de educação rompeu o modelo de classes especiais, havendo também uma solicitação do MEC, passou a formar professores para atuarem no AEE nas escolas regulares, segundo as Diretrizes da Educação Especial do município de Cuiabá (2010).

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) foi elaborada segundo os preceitos de uma escola em que cada aluno tem a possibilidade de aprender, a partir de suas aptidões e capacidades, em que o conhecimento se constrói sem resistência ou submissão ao que é selecionado para compor o currículo, resultando na promoção de alguns alunos e na marginalização de outros do processo escolar.

Com o advento dos alunos com deficiência no ambiente escolar, se faz necessário o uso de mecanismos e metodologias para proporcionar ações que devem favorecer a todos os alunos. Neste trabalho, apresentaremos por meio da narrativa de uma professora pedagoga uma análise sobre a adequação de um Plano de Atendimento Educacional Especializado para o AEE de um estudante de 11 anos, com deficiência intelectual, no 6º ano do 2º ciclo de uma escola da rede municipal.

“O acompanhamento do AEE se organiza a partir de um plano de atendimento educacional especializado que o professor deve elaborar com base nas informações obtidas sobre o aluno e a problemática vivenciada por ele por meio do estudo de caso. De posse de todas as informações sobre o aluno, bem como dos recursos disponíveis na sala de aula, na escola, na família e na comunidade, o professor do AEE elabora seu plano”. (GOMES, POULIN E FIGUEIREDO, 2010, p.15)

A deficiência intelectual constitui um impasse para o ensino na escola comum e para a definição do seu atendimento especializado, pela complexidade do seu conceito e pela grande quantidade e variedades de abordagens do mesmo. Este parece ser o maior desafio da inclusão, pois provoca inúmeras transformações que são necessárias para o ensino escolar como um todo. Nesse sentido,

A entrada do aluno com deficiência intelectual na escola regular, numa perspectiva inclusiva, proporciona um momento diferenciado para a educação brasileira, na medida em que possibilitam um processo de criação pedagógica, na busca de novos procedimentos de ensino, novas estratégias metodológicas capazes de atingirem o potencial de cada um dos alunos, respeitando suas diferenças e levando-os a inserção no mundo cultural e na vivência histórica enquanto homem presente e atuante em seu tempo (FALCONI; SILVA, 2014, p. 20).

A condição de deficiência intelectual não pode predeterminar qual será o limite de desenvolvimento do indivíduo. A educação na área da deficiência intelectual deve atender às suas especificidades sem se desviar dos princípios básicos da educação proposta às

demais pessoas. Assim sendo, para Oliveira (2008) os princípios inclusivistas apontam que as crianças com deficiência devem frequentar desde cedo à escola, a qual deve valorizar, sobretudo, os acertos da criança, trabalhando sobre suas potencialidades para vencer as dificuldades.

No nível da sala de aula e das práticas de ensino, a mobilização do professor e/ou de uma equipe escolar em torno de uma mudança educacional como a inclusão não acontece de modo semelhante em todas as escolas. Além das atividades estarem coadunadas ao Projeto Político Pedagógico orientando essas ações educativas da escola, há também que existir uma entrega, uma disposição individual ou grupal de sua equipe de se expor a uma experiência educacional diferente das que estão habituados a viver. Para que qualquer transformação ou mudança seja verdadeira, as pessoas têm de ser tocadas pela experiência. “Precisam ser receptivas, disponíveis e abertas a vivê-la, baixando suas guardas, submetendo-se, entregando-se à experiência [...] sem resistências, sem segurança, poder, firmeza, garantias” (BONDÍA, 2002, p.20).

As práticas escolares convencionais não dão conta de atender à deficiência intelectual, em todas as suas manifestações, assim como não são adequadas às diferentes maneiras dos alunos com qualquer deficiência, abordarem e entenderem um conhecimento de acordo com suas capacidades. Essas práticas precisam ser urgentemente revistas, porque, no geral, elas são marcadas pelo conservadorismo, são excludentes e, conforme os estudos na área, em todos os seus níveis. Assim,

a proposta de uma educação inclusiva pode caracterizar-se como uma nova possibilidade de re-organização dos elementos constituintes do cotidiano escolar, uma vez que, para tornar-se inclusiva e atender as diferenças de seus alunos, há de se pensar num novo projeto pedagógico: flexível, aberto e dinâmico. Projeto capaz de envolver toda a comunidade escolar e ousar na busca de novas relações educativas, repensando o papel da escola e seus objetivos educacionais (OLIVEIRA, 2004, p.79).

Modificar essas práticas discriminatórias é um verdadeiro desafio, que implica em inovações na forma de o professor e o aluno avaliarem o processo de ensino e de aprendizagem. Elas exigem a negação do caráter padronizador da aprendizagem e eliminam todas as demais características excludentes das escolas comuns, que adotam propostas pedagógicas conservadoras. Para Batista; Mantoan (2007) a prática escolar

inclusiva facilita a cooperação entre os alunos. O aluno com deficiência tem um envolvimento com os demais estudantes propiciando-lhe uma melhor interação com seus pares nas atividades propostas.

As dificuldades de evocação e de representação do mundo das crianças que apresentam deficiência intelectual, ou seja, de interiorização da realidade quando trabalhadas a partir de um modelo tradicional de ensino pode ser uma influência negativa sobre a capacidade de significação dessas crianças, isto é, sobre a capacidade de dar sentido às atividades de natureza intelectual que lhes são propostas e, conseqüentemente, de mobilizar eficientemente seus esquemas cognitivos ou linguísticos, de acordo com Gomes, Poulin, Figueiredo (2010). Para tanto, o uso de atividades diferenciadas proporciona ao aluno melhores condições para desenvolver as atividades de maneira que acompanhe a turma, e que se sinta fazer parte do processo ensino-aprendizagem. Para Fusari (2004) "o importante é manter o planejamento como uma prática permanente de crítica e reflexão". Sendo assim, o professor deve sempre lembrar que o planejamento é flexível, nunca está pronto e acabado, e cabe a ele replanejar quantas vezes for preciso.

Sartoretto e Bersch (2010) estabelecem características que visam estimular a aprendizagem dos estudantes com deficiência. Dessa forma,

“os recursos podem ser considerados ajudas, apoio e também meios utilizados para alcançar um determinado objetivo; são ações, práticas educacionais ou material didático projetados para propiciar a participação autônoma do aluno com deficiência no seu percurso escolar. Para descrever a utilização de recursos pedagógicos de acessibilidade na escola, temos de estar atentos às características do aluno, à atividade proposta pelo professor e aos objetivos educacionais pretendidos na atividade em questão. Diversas atividades exigem dos alunos competências como leitura, escrita, produção gráfica, manifestação oral, exploração de diversos ambientes e materiais. A dificuldade do aluno com deficiência para realizar essas atividades acaba limitando ou impedindo sua participação na turma”. (SARTORETTO E BERSCH, 2010, p.8)

O acesso do aluno aos recursos que venham atender às suas necessidades, para que participe das atividades propostas na obtenção de um melhor desempenho e resultado, é significativo no processo de inclusão escolar. Cabe ao professor do AEE a iniciativa para ajudar de fato para que isso ocorra.

A avaliação acontece no dia a dia. Deve-se ter muito cuidado para não tirar conclusões precipitadas a respeito do aluno, ou subestimar sua capacidade de progresso. É importante a valorização de suas potencialidades e habilidades nesse momento. A possibilidade de avanço do aluno é grande ao se sentir querido e valorizado.

O Atendimento Educacional Especializado para tais alunos deve, portanto, privilegiar o desenvolvimento e a superação de seus limites intelectuais assim como para as demais deficiências de acordo com Batista; Mantoan (2007).

No atendimento educacional especializado, a avaliação se efetiva por meio do estudo de caso, que visa a construir um perfil do aluno que possibilite elaborar o plano de intervenção do AEE. O estudo de caso se faz com uso de uma metodologia de resolução de problema, que identifica sua natureza e busca uma solução. O estudo de caso deve ser efetivado pelo professor do AEE em colaboração com o professor do ensino comum e com outros profissionais que trabalham com esse aluno no contexto da escola (GOMES, POULIN, FIGUEIREDO, 2010).

Cabe ressaltar que segundo Certeau (1994) o cotidiano deve ser reinventado por aqueles que colocam sua capacidade criadora para inovar, romper velhos acordos, resistências e lugares eternizados na educação. É a determinação e um forte compromisso com a melhoria da qualidade da educação brasileira que está subjacente a todas essas mudanças que estão propostas pela Política atual da Educação Especial.

Para Santos (2010) cada aluno tem uma capacidade própria de aprender. Cabe ao professor acolher essas diferenças, de maneira que somente dessa forma será possível romper com o ensino padronizado e homogêneo dos alunos, desempenhando seu papel formador e atingindo a todos.

Portanto, para que o avanço aconteça, o professor do AEE terá a incumbência de instruir e direcionar as atividades das pessoas que se relacionam com o aluno, ou seja, a família, os professores da sala comum, colegas e demais funcionários da escola. Em suma, as escolas devem se reorganizar para receber a todos os alunos independente de sua condição. Acabar com as barreiras que bloqueiam, seja qual for o aluno, em qualquer ambiente da escola, de participar de todas as atividades propostas.

Atendimento Educacional Especializado: narrativas de um estudo de caso

Entendemos que as narrativas de professores sobre seu trabalho docente é um importante instrumento de compreensão de experiências singulares. Ao estudarmos essas narrativas temos a oportunidade de realizar, enquanto professores, um movimento de reflexão sobre nossas respectivas práticas pedagógicas. “A narrativa surge como a metodologia mais adequada à compreensão dos aspectos contextuais, específicos e complexos dos processos educativos e dos comportamentos e decisões dos professores” (REIS, 2008, p.6)

A presente pesquisa consiste na narrativa de uma professora pedagoga sobre o diagnóstico da clarificação do problema com referência ao AEE e o resultado das atividades elaboradas no plano. Buscou-se analisar a pertinência de métodos e técnicas de ensino traçados no plano levando em conta as capacidades e dificuldades manifestadas por um estudante de 11 anos, com deficiência intelectual, no 6º ano do 2º ciclo de uma escola da rede municipal no desenvolvimento das atividades. O aluno será identificado pelo nome fictício “Leandro”.

A narrativa da professora está organizada em dois aspectos: clarificação do caso do estudante: narrativa da professora acerca da família e escola e construção do plano AEE e desempenho do aluno.

Clarificação do caso do estudante: narrativa da professora acerca da família e escola

Neste aspecto procuramos compreender a partir da narrativa da professora como ela buscou informações relevantes da relação familiar e escolar de Leandro para construir o Plano de AEE.

Eu obtive as informações sobre o aluno Leandro por meio de entrevistas com a professora da sala comum, conversas com sua mãe, observação do aluno na escola, dentro e fora da sala de aula utilizando diário de campo e fotografias. A mãe do Leandro me recebeu muito bem e relatou que teve uma boa gestação, fez pré-natal e o filho nasceu de parto normal. Ele andou com dez meses, falou no tempo certo, tem uma irmã caçula com

dois anos de idade e gosta muito dela. Sua mãe relatou que desde bebê sempre foi muito tranquilo e calmo, hoje em dia ajuda nas tarefas domésticas, não gosta de dormir em seu quarto sozinho. Gosta de assistir desenhos, jogar vídeo game, pular corda, passear na casa da avó. Não gosta de soltar pipa, andar de bicicleta e de jogar futebol. O ano passado por trabalhar na mesma escola que o filho estudava e estuda atualmente, a mãe o observava constantemente e via que no intervalo ficava sozinho e não interagia com outras crianças. A mãe disse que o superprotege porque acha que o filho não tem malícia e é imaturo em suas ações. Leandro foi levado pela mãe para consultar com o neurologista, foram pedidos exames onde não se constatou alterações ou outro tipo de problema, porém, o mesmo pediu à mãe que levasse o filho para acompanhamento psicológico, pois, podia ter atraso intelectual. Ainda segundo sua mãe atualmente Leandro não toma medicação e faz acompanhamento de três em três meses com geneticista, endocrinologista e neuropediatra. A professora da sala comum me relatou que Leandro já fez acompanhamento psicopedagógico e que apresenta dificuldade quanto à compreensão, atenção, memória e raciocínio lógico, contudo, possui um bom desenvolvimento motor e linguagem articulada. Ele lê, produz textos curtos, apresenta muita dificuldade em interpretar, e realizar as atividades sozinho. Nas figuras de linguagem, usa muito o “Por que?”. Em minhas observações na sala de aula comum percebi que nas atividades em grupo o aluno é tímido, calado, apresenta dificuldade em acompanhar os outros alunos, e espera que eles façam por ele. Quando acontecem conflitos com os colegas, sempre há intervenção da professora, pois o aluno fica na dele, não se manifesta. Quando ele não consegue resolver uma atividade é proporcionado auxílio da professora e dos colegas. Há atividades diferenciadas para o aluno na área de linguagens e lógico matemático, dentro do conteúdo proposto para a turma. Nesse sentido, são oferecidos recursos como: loto numérica, tabelas envolvendo as quatro operações matemáticas, cartelas com imagens, frases associadas a gravuras, dentre outros. O aluno domina adição e subtração, mas ainda apresenta dificuldade na multiplicação e divisão. Observando Leandro no recreio notei que ele ainda apresenta dificuldade na interação com seus pares, mas, vem melhorando a cada dia essa situação, participando de mais atividades que a escola oferece. A escola dispõe de vários recursos para as atividades com o aluno, como, materiais pedagógicos diversos, informática acessível, dentre outros.

A professora buscou conversar com a mãe do aluno Leandro sobre a história dele desde seu nascimento e seu comportamento no dia-a-dia no ambiente familiar. Além disso, observou o aluno na sala comum e durante o recreio e conversou com a professora da turma dele sobre seu desempenho nas aulas. A narrativa da professora deixa evidente o envolvimento e preocupação da escola como um todo na realização das atividades que Leandro participa, além disso, proporciona diversos recursos para que as professoras

possam planejar atividades diferenciadas para o aluno em questão. Para Rapoli et al (2010) a escola comum se torna inclusiva quando adota novas práticas pedagógicas reconhecendo as diferenças dos alunos diante do processo educativo. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula.

Interessante destacar que para Mantoan (2003) os pais desses estudantes, quando o AEE ocorre dentro da escola regular freqüentada pelos seus filhos, é propiciado-lhes viver uma experiência inclusiva de desenvolvimento e de escolarização de seus filhos, sem ter de recorrer a atendimentos exteriores à escola. As necessidades educacionais específicas dos estudantes com deficiência quando atendidas na sala de recurso multifuncional da escola frequentada por ele está na possibilidade de suas necessidades específicas serem atendidas e discutidas no dia a dia escolar e com todos os que atuam no ensino regular e/ou na educação especial, aproximando esses alunos dos ambientes de formação comum a todos.

Construção do plano AEE e desempenho do aluno

Nesse aspecto buscamos entender quais foram as atividades elaboradas pela professora e sua narrativa sobre o desempenho do aluno.

A partir dos relatos da família, acompanhamento da professora da sala comum, da professora da sala multifuncional (eu), da escola e acompanhamento clínico, supõe-se que a natureza do problema do Leandro é de ordem cognitiva e de comportamento, gerada pela deficiência intelectual, ocasionando dificuldades na socialização, interação, atenção, no desenvolvimento da autonomia e independência do aluno nas diferentes situações de aprendizagem. Diante deste diagnóstico elaborei um Plano AEE promovendo atividades realizadas com o aluno na sala de recurso multifuncional, trabalhando em conjunto com a professora da sala comum, professoras de Educação Física e de Artes e a família com objetivo de desenvolver situações que favorecessem o desenvolvimento do aluno e que estimulasse o desenvolvimento cognitivo e da aprendizagem. As atividades consistiram em reconto de uma história, relatos de situações vivenciadas, produção espontânea, leitura de texto memorizado para localizar palavras solicitadas por mim, uso de prancha de comunicação, jogos educativos para expressar seu conhecimento, no sentido da compreensão verbal e não verbal. Além disso, houve uma preocupação em organizar atividades em grupos para que o aluno pudesse adquirir melhor convívio com seus pares; momentos que ele pudesse expressar ideias oralmente de modo coerente com o contexto em questão; observar por meio das atividades o conceito que o aluno tem sobre a língua escrita e utilizar situações concretas para resolução de situação

problema. As aulas aconteceram duas vezes na semana tendo carga horária de 1 hora cada. A partir dessas atividades observei que Leandro produziu textos relacionados ou não a uma imagem, mas ainda apresentou dificuldade em respeitar as características do texto, formato e aspectos gramaticais. Ele respondeu com menos dificuldade de entendimento as orientações didático-pedagógicas diárias, fez avaliação e posterior correção do escrito, apresentou adequadamente os textos, porém ainda houve dificuldade na interpretação e produção mais extensa. Demonstrou melhor interação, socialização e relacionamento de amizade com seus pares e demais colegas da escola, aos poucos se envolveu mais nas brincadeiras e jogos que aconteceram na hora do recreio. Compreendeu sequências numéricas e aplicou funções matemáticas básicas. Melhorou quanto à resolução de problemas que envolveram divisão e cálculos com problemas do cotidiano. Participou de jogos pedagógicos com softwares educativos para averiguar o que ele aprendeu em uma proposta lúdica. Esperamos que Leandro supere suas dificuldades quanto à imaturidade. O trabalho com atividades diferenciadas e específicas oportunizou um atendimento mais focado nas dificuldades específicas do aluno, contribuindo assim para os avanços em sua aprendizagem.

As atividades consistiram em minimizar as dificuldades do aluno Leandro com propostas individuais e em grupo estimulando a interação com seus pares. A inclusão é produto de uma educação plural e não possui métodos iguais para todos os alunos com deficiência intelectual. A construção do Plano de Atendimento Educacional Especializado provoca uma crise de identidade institucional, que de acordo com Mantoan (2003) abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. Além disso, o aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais. A presença do aluno Leandro na escola proporciona uma nova maneira de promover a educação na escola. O direito à diferença nas escolas desconstrói, portanto, o sistema atual de significação escolar excludente, normativo, elitista, com suas medidas e seus mecanismos de produção da identidade e da diferença. (MANTOAN, 2003 p.15)

A narrativa da professora expressa entendimento de que Leandro teve avanços a partir das atividades desenvolvidas na sala de recurso multifuncional e em colaboração com seus demais professores. Para Gomes (2007) aprender é uma ação humana criativa, individual, heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual ser mais ou ser menos privilegiada. Adaptamo-nos cognitivamente de formas singulares a um dado conteúdo e são diversas as possibilidades de nos expressarmos sobre esses conteúdos.

Considerações Finais

O Atendimento Educacional Especializado deve ocorrer com foco nas necessidades de cada aluno. Sendo assim, cabe ao professor do AEE, no que tange a inclusão, a garantia de acesso, participação e aprendizagem do aluno para construção do conhecimento e da valorização das diferenças. Proporcionar atividades de interesse do aluno com referência nas experiências vividas por ele, e eliminar as barreiras que impedem o seu desenvolvimento. O professor do AEE deve reconhecer a capacidade cognitiva para favorecer a melhor interação do aluno com o meio em que vive. Ou seja, dentro e fora da escola.

Dessa maneira, o grande desafio é criar condições para que o aluno sinta fazer parte do meio ao qual está inserido, afinal de contas esse direito lhe pertence. E somente será possível se a escola agir colaborativamente com os professores. No caso Leandro, a proposição de alternativas para que supere suas dificuldades de relacionamento e no processo ensino-aprendizagem, vem de encontro à evolução e autonomia para o seu crescimento e amadurecimento.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e Abusos dos Estudos de Caso. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, p. 637-651, set/dez, 2006.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília. MEC/Secretaria de Educação Especial 2008.

CERTEAU, M. de. A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

COLEÇÃO: A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Universidade Federal do Ceará. Brasília, 2010.

COLEÇÃO: A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Universidade Federal do Ceará. Brasília, 2010.

FACONI & SILVA. Estratégias de trabalho para alunos com deficiência intelectual AEE – Atendimento Educacional Especializado – AEE. 2014.

Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado. Deficiência Mental. SEESP/SEED/MEC. Brasília/DF, 2007.

GIACOMINI, Lília. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Universidade Federal do Ceará, 2010.

GOMES, A. L. L., CORRÊA, R. M. AEE e Deficiência Intelectual – Curso de Formação Continuada para Professores para o AEE – O Passo a Passo do Estudo de Caso para Pessoas com Deficiência Intelectual. 2013.

INCLUSÃO: Revista da Educação Especial / Secretaria de Educação Especial. V. 1, n. 1 (out. 2005). Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. p. 13-20 e 27-34.

ROPOLI, Edilene Aparecida. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Universidade Federal do Ceará, 2010.

REIS, Pedro Rocha dos. As narrativas na formação de professores e na investigação em educação. 2008.